

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

LORENA MENDES FERREIRA

CONTADOR E COMPLIANCE: POLÍTICA PÚBLICA
APLICÁVEL CONTRA À FRAUDE DE DUPLICATAS
SIMULADAS OU SEM LASTRO

VITÓRIA
2019

LORENA MENDES FERREIRA

**CONTADOR E COMPLIANCE: POLÍTICA PÚBLICA
APLICÁVEL CONTRA À FRAUDE DE DUPLICATAS
SIMULADAS OU SEM LASTRO**

Artigo científico apresentado ao Grupo de Pesquisa em “Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética” (BIOGEPE) da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, como requisito para aprovação no Curso de Graduação em Direito.

Orientadora: Prof^a Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

VITÓRIA
2019

CONTADOR E COMPLIANCE: POLÍTICA PÚBLICA APLICÁVEL CONTRA À FRAUDE DE DUPLICATAS SIMULADAS OU SEM LASTRO

Lorena Mendes Ferreira²
Elda Coelho de Azevedo Bussinguer³

Resumo

Propõe-se analisar as possíveis contribuições do profissional de contabilidade em política pública que visem reduzir as corrupções com a violação das legislações vigentes de duplicatas simuladas. Para este desfecho, os contadores precisam estarem embasados nos princípios éticos da alteridade, além de fazerem uso das técnicas do *compliance*. Neste contexto, a implementação da política pública possibilita o desenvolvimento do mercado creditício de “desconto de duplicatas” com a redução de juros e aumento das concessões.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Ética da Alteridade. Duplicata Simulada. Contador.

Abstract

It is proposed to analyze the possible contributions of accounting professionals in public policy aimed at reducing corruption by violating the current legislation of simulated duplicates. For this outcome, the accountants need to be based on the ethical principles of otherness, in addition to making use of compliance techniques. In this context, the implementation of the public policy allows the development of the credit market of "discount of duplicates" with the reduction of interest and increase of the concessions.

KEYWORDS: Public Policy. Ethics of Otherness. Simulated duplicate. Accountant.

¹ Trabalho desenvolvido no Grupo de Pesquisa em “Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética (BIOGEPE) da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), sob a coordenação do segundo coautor.

² Especialista em Controladoria e Finanças pela FUCAPE Business School. Especialista em Direito Público pela Estácio de Sá. Analista do Executivo do Estado do Espírito Santo. Contadora. Acadêmica de Direito da Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética (BIOGEPE). e.mail: ferreiramlorena@gmail.com

³ Doutora em Bioética pela Universidade de Brasília (Unb); Livre-docente pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Coordenadora de Pesquisa da FDV; Coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à saúde e Bioética (BIOGEPE); Professora associada aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória – ES – Brasil. E-mail: elda.cab@gmail.com.